



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?

O PREÇO DO PÓDIO: COMO A BUSCA PELO IDEB EM GOIÁS INSTITUCIONALIZOU O FRACASSO NA EJA

Lucas Andrade Caldeira Brant

UFCAT- Graduando em Ciências Sociais

lucasbrant08@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/8451517390347678>

GT 6: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais

RESUMO

Este trabalho argumenta que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está sendo sistematicamente convertida de direito social em ferramenta de gestão da exclusão. Utilizando como objeto de análise a política de remanejamento compulsório de estudantes para a EJA em Goiás (2023), o texto desvela como, sob a fachada de uma "racionalidade" gerencialista, opera-se um violento processo de "higienização estatística". Fundamentado em uma crítica que articula Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Christian Laval e Loïc Wacquant, defende-se que tal medida não é um desvio, mas a expressão lógica da nova razão neoliberal do mundo. O objetivo do trabalho é analisar como a política de remanejamento compulsório em Goiás reconfigura a EJA em dispositivo de contenção, evidenciando a lógica neoliberal que transforma um direito social em mecanismo de exclusão. O caso goiano é apresentado não como uma anomalia, mas como um laboratório da pedagogia da exclusão, onde a EJA é rebaixada à condição de depósito para os corpos e vidas que o sistema já descartou, um sacrifício necessário no altar do marketing político e dos indicadores de desempenho, como o IDEB.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Neoliberalismo. Exclusão Escolar. Políticas Educacionais. IDEB.

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Introdução: Para Além da "Dívida Social"

É preciso abandonar o eufemismo. Descrever a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apenas como uma "dívida social" é romantizar uma ferida aberta, um projeto de subalternização contínuo e deliberado. A Educação de Jovens e Adultos não pode ser compreendida somente como o lugar dos que "não tiveram oportunidade" como é habitualmente dito; ela é o território fabricado para conter aqueles que foram ativamente expelidos por um sistema educacional estruturado para selecionar, hierarquizar e, finalmente, descartar. Como nos lembra Miguel Arroyo (2017), seus sujeitos são os "passageiros da noite", mas essa noite não é um acaso do destino, e sim uma condição imposta pela brutalidade de um dia de trabalho explorado e de uma escola que lhes fechou as portas.

Este ensaio recusa-se a tratar a recente política da Secretaria de Educação de Goiás (Seduc) — o remanejamento em massa de estudantes do noturno para a EJA — como um mero "equivoco de gestão". Propomos analisá-la como aquilo que ela de fato é: um ato de violência. Não a violência explícita, física, mas a violência simbólica, nos termos de Pierre Bourdieu (1989), que se impõe como legítima e necessária, com a cumplicidade daqueles que a sofrem. A política é apresentada como uma solução "técnica" e "racional", mascarando sua natureza profundamente política e excludente. O objetivo deste texto é, portanto, dissecar essa política para demonstrar como a EJA está sendo reconfigurada como um dispositivo de contenção, um depósito para os "indesejáveis" do sistema, e como essa exclusão se torna o alicerce para a celebração pública de indicadores educacionais.

Metodologia: Uma Crítica da Razão Punitiva

A análise aqui empreendida é um exercício de crítica radical. Não basta apontar a ilegalidade da Portaria nº 2490/2023. É preciso escavar suas raízes políticas. Para isso, mobilizamos um arcabouço teórico que conecta a crítica da educação à crítica do Estado neoliberal. Paulo Freire (1996) nos oferece a base para denunciar a natureza "bancária" e

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



opressora de uma educação que silencia seus sujeitos. Gaudêncio Frigotto (2018) e Christian Laval (2019) permitem desmascarar a falácia da "escola-empresa". A contribuição de Pierre Bourdieu (1989) é crucial para entender como a dominação se perpetua não pela força, mas pelo consentimento fabricado, pela aceitação de uma ordem como natural. Finalmente, Loïc Wacquant (2009), com sua análise sobre a gestão da miséria, nos ajuda a interpretar o remanejamento para a EJA como uma política de controle dos "supérfluos". A análise se completa ao confrontar essa teoria com a realidade empírica do discurso político em Goiás, onde o governador se vangloria publicamente pelo primeiro lugar no IDEB, revelando a conexão direta entre a exclusão de uns e o sucesso fabricado para outros.

Análise e Discussão: A Engenharia da Exclusão e o Fetiche do IDEB

A justificativa oficial para a medida em Goiás — combater a evasão — é um insulto à inteligência. É o mesmo que tentar curar uma febre quebrando o termômetro. A evasão no ensino noturno não é uma escolha leviana, mas o sintoma de uma estrutura social que força adolescentes a escolherem entre o prato de comida e o caderno. Ao invés de atacar as causas, o Estado goiano optou por uma solução de engenharia social: a "higienização estatística".

E é aqui que a engrenagem se revela em sua totalidade. Enquanto promove o esvaziamento do ensino médio noturno e o represamento de estudantes na EJA, o governador de Goiás celebra em reportagens e peças publicitárias a conquista do primeiro lugar no IDEB do país. A vanglória pública não é um ato ingênuo; ela é a confissão do método. O sucesso no ranking é o produto direto da exclusão. Para que o índice brilhe, é preciso remover da equação os alunos que, por suas condições de vida e trabalho, poderiam "baixar a média". A transferência compulsória para a EJA funciona como a varredura da "sujeira" para debaixo do tapete estatístico. É a performance pela performance, a celebração do número em detrimento do sujeito. Como alerta Stephen Ball (2004), um dos principais críticos dessas reformas:

As políticas de reforma na educação não são apenas um conjunto de textos que refletem mudanças nas práticas ou nas estruturas. Elas são parte de um discurso que redefine o que significa ser educado, o que é uma 'boa' escola e o que é um 'bom' professor. Elas mudam o que nós somos. (Ball, 2004, p. 18).

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A política goiana, portanto, não apenas muda a estrutura da EJA; ela redefine o "bom aluno" como aquele que não atrapalha os indicadores. A transferência compulsória de adolescentes para a EJA, violando a idade mínima legal, não é apenas um ato administrativo; é um ato pedagógico que ensina a esses jovens o seu lugar no mundo. A mensagem é clara: "Vocês não pertencem à escola dos 'vencedores'. O seu lugar é aqui, neste espaço de contenção". É a pedagogia da opressão em sua forma mais crua, que Freire (1996, p. 58) descreveu como uma prática onde "o educador é o que sabe, os educandos os que não sabem; o educador é o que pensa, os educandos os pensados". Ao serem "pensados" e movidos como peças em um tabuleiro administrativo, os estudantes são desumanizados.

Essa desumanização é a essência da violência simbólica. Bourdieu (1989, p. 12) afirma que a escola, sob a aparência de neutralidade, "contribui para a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural e, por isso mesmo, para a reprodução da estrutura social". Ao criar um circuito de exclusão "legítimo" como a EJA-depósito, o Estado faz com que os próprios estudantes e suas famílias aceitem essa trajetória como a única alternativa possível, internalizando a ideia de que o fracasso é individual, e não um produto do sistema.

Considerações Finais: Educar é Recusar-se a Gerir a Miséria

O caso de Goiás não é um ponto fora da curva. É a vanguarda de um projeto que avança pelo Brasil: a destruição da EJA como espaço de direito e sua reinvenção como um limbo administrativo, um sacrifício necessário no altar do marketing político. A racionalidade gerencialista, com sua obsessão por métricas, é a ferramenta ideológica perfeita para legitimar essa violência. Como adverte Frigotto (2018), essa lógica mascara a realidade de que a educação para a classe trabalhadora é, fundamentalmente, uma questão de poder.

A questão central que se coloca, no plano da sociedade capitalista, não é se a educação pode ou não ter um papel na transformação social, mas sim qual o papel que as classes ou frações de classes fundamentais lhe atribuem, dentro de seu projeto de sociedade, e qual a força social que dispõem para efetivar seu projeto. (Frigotto, 2018, p. 45).

Realização:



Apoio:





23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

O projeto em Goiás é explícito: sacrificar os mais vulneráveis para construir uma imagem de excelência. O IDEB torna-se um fetiche, um número mágico que justifica a exclusão e esconde as trajetórias interrompidas. Rejeitar essa pedagogia exige mais do que defender a EJA. Exige lutar contra a lógica neoliberal que a asfixia. Significa afirmar que educar não é gerir a miséria, mas criar as condições para superá-la. Significa, em última instância, como nos ensinou Freire (1996, p. 47), entender que "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". A resistência começa ao nos recusarmos a aplaudir os rankings construídos sobre a institucionalização do fracasso.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

Realização:



Apoio:

